

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Questão 1

Considerando o regime jurídico dos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- Ⓐ No caso específico dos tabeliães de protesto, a responsabilidade deles por ilícitos no exercício da função é de natureza objetiva.
- Ⓑ Aplica-se majoritariamente aos serviços notariais e de registro o subsistema normativo incidente sobre as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- Ⓒ Apesar de exercidos em caráter privado, os serviços notariais e de registro são considerados função pública, sujeita a fiscalização do poder público.
- Ⓓ Os tabelionatos possuem personalidade jurídica autônoma.
- Ⓔ A responsabilidade civil do poder público por atos dos tabeliães e registradores oficiais, em geral, é de natureza subjetiva.

Questão 2

Com base nas normas aplicáveis ao procedimento de dúvida, assinale a opção correta.

- Ⓐ O procedimento em questão não comporta ampla produção probatória acerca do direito ao qual o título se refira.
- Ⓑ Tal procedimento aplica-se a toda a atividade notarial e registral.
- Ⓒ Se o interessado não impugnar a dúvida, deixa de ser necessária a edição de sentença para decidir o procedimento.
- Ⓓ Esse procedimento presta-se apenas a situações em que o oficial de registro não tenha clareza de como registrar o título.
- Ⓔ A despeito de sua denominação, o procedimento de dúvida possui natureza estritamente jurisdicional.

Questão 3

No atinente à Convenção da Apostila da Haia e à correspondente Resolução n.º 228/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens que se seguem.

- I A chancela consular destina-se, entre outras finalidades, a atestar a autenticidade do cargo que o signatário de determinado documento exerça.
- II A aposição de apostila a documentos que devam produzir efeitos no exterior é obrigatória para todos os países.
- III Se o Brasil for parte em tratado com outro país que exija formalidades para reconhecer assinatura, selo ou carimbo, a convenção derrogará as normas do tratado, se estas forem mais rigorosas que as pertinentes à aposição de apostila definida na convenção.
- IV A partir de recentes alterações na resolução em tela, não mais se admite apostila em papel.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 4

No que diz respeito às escrituras, assinale a opção correta à luz do Código de Normas dos Serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco (CNSNR/PE).

- Ⓐ Todos os atos incompletos ou inconclusos devem ser relacionados no termo de encerramento do livro correspondente.
- Ⓑ Da escritura sem efeito por incompletude não se pode fornecer traslado nem certidão.
- Ⓒ As partes interessadas em escritura têm prazo de dez dias úteis para assiná-la, sob pena de cancelamento do ato que a motivou.
- Ⓓ Correções de erro em escritura devem ser feitas por meio de escritura de retificação ou rerratificação.
- Ⓔ Caso uma escritura seja lavrada e nenhuma das partes compareça para assiná-la no prazo legal, o ato será declarado sem efeito, devendo o tabelião restituir metade dos emolumentos correspondentes a quem os houver pagado.

Questão 5

Assinale a opção correta em relação aos tabelionatos de protesto e à lavratura de protestos.

- Ⓐ O protesto destina-se a provar a inadimplência apenas de obrigações corporificadas em títulos de crédito.
- Ⓑ Se houver mais de um tabelionato de protesto em um município, os títulos a protestar ser-lhes-ão atribuídos de forma alternada, segundo a ordem de apresentação à respectiva central.
- Ⓒ Entre os efeitos jurídicos possíveis do protesto estão a interrupção da prescrição e a comprovação da mora, caso esta não seja fixada em contrato ou em lei.
- Ⓓ Caso um tabelião de protesto necessite realizar ato necessário ao preparo de ato notarial, perante órgão público ou serventia registral, deverá solicitar autorização da Corregedoria-Geral de Justiça para poder executá-lo.
- Ⓔ As centrais eletrônicas de informação mantidas pelos tabelionatos de protesto serão custeadas com recursos do Tribunal de Justiça.

Questão 6

Com relação à Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto (CENPROT), assinale a opção correta.

- Ⓐ Só pode existir uma CENPROT, de abrangência nacional, vedada a instituição de centrais regionais.
- Ⓑ Os procedimentos de controle e auditoria da CENPROT competem privativamente ao CNJ e às corregedorias dos tribunais de justiça.
- Ⓒ A CENPROT deve permitir consultas gratuitas de devedores inadimplentes e de protestos, incluindo os dados destes e os tabelionatos aos quais hajam sido distribuídos, desde que pertinentes a títulos e documentos de dívida escriturais.
- Ⓓ Atos de registro de protesto formalizados de modo remoto só podem ser processados por meio da CENPROT.
- Ⓔ É facultativa a adesão dos tabeliães de protesto à CENPROT.

Questão 7

Acerca da incidência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nas atividades registras e da proteção de dados na atividade registral segundo o CNSNR/PE, assinale a opção correta.

- A** Os sistemas, programas e aplicativos que as serventias notariais e registras utilizam são de livre escolha dos respectivos delegatários, desde que mediante aprovação da Corregedoria Geral da Justiça.
- B** Devido à natureza dos serviços notariais e de registro, eles são tratados pela LGPD com os mesmos padrões das empresas privadas.
- C** Após a promulgação da LGPD, surgiram as primeiras normas na legislação brasileira acerca do tratamento de dados resultantes da atividade registral.
- D** No regime da LGPD, os dados pessoais sensíveis não são passíveis de tratamento por notários e registradores.
- E** Na atividade registral, a LGPD aplica-se aos dados não apenas de clientes, mas também aos de outras pessoas que a serventia armazenar.

Questão 8

No que se refere à aquisição de imóvel rural por estrangeiro, ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), à instituição de bem de família e à execução extrajudicial de alienação fiduciária, assinale a opção correta.

- A** Ocorrida a apreensão de bem objeto de alienação fiduciária no procedimento de execução extrajudicial, aquele deve ser imediatamente entregue ao credor fiduciário, desde que não seja alienado, desaparecendo a possibilidade de o devedor fiduciante reaver-lhe a posse sem decisão judicial.
- B** A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, quer se encontrem em unidade de conservação ou não.
- C** O bem de família é isento da execução de quaisquer dívidas, salvo as correspondentes a tributos relativos ao prédio e a despesas de condomínio.
- D** A aquisição de imóvel rural por estrangeiro depende de autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- E** Desde que não se trate de imóvel em área considerada relevante para a segurança nacional e que haja autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não há limite máximo da área do imóvel que pessoa física estrangeira possa adquirir.

Questão 9

Com base no regramento referente à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), assinale a opção correta.

- A** Como regra, apenas ministros de tribunais superiores podem valer-se de ofício ou mandado em papel para gerar indisponibilidade de bens imóveis, de forma genérica ou específica.
- B** Competem ao operador nacional do sistema de registro eletrônico de imóveis a responsabilidade e o controle dos dados sensíveis dos ofícios registras ligados ao sistema de registro eletrônico de imóveis (SREI).
- C** São excludentes as comunicações de levantamento de indisponibilidade de bem à CNIB e ao registro imobiliário em que exista averbação referente a imóvel, de forma que, feita a comunicação à central, não cabe fazê-la ao registro, e vice-versa.
- D** Juízes podem emitir, por meio do sistema de busca de ativos do Poder Judiciário, ordens de penhora eletrônica com comando de repetição, denominadas “teimosinhas”, as quais se repetem indefinidamente, até que o crédito seja satisfeito.
- E** Certidões relativas a imóveis obtidas por meio do serviço de atendimento eletrônico compartilhado (SAEC) podem ser usadas para averbação nos serviços registras, mas não para abertura de matrícula.

Questão 10

No tocante aos princípios registras, assinale a opção correta.

- A** É o princípio da fé pública que fundamenta a noção segundo a qual os atos levados a registro público devem estar acessíveis às pessoas em geral, ainda que com parcial sacrifício à intimidade das partes envolvidas no ato.
- B** Como consequência do princípio da inscrição, nenhum direito real imobiliário se constitui ou transmite senão por meio de registro no serviço imobiliário pertinente.
- C** Se um indivíduo apresentar a oficial registral documento representativo de ato jurídico inválido, o oficial poderá recusar o registro, em virtude do princípio da presunção de validade.
- D** Caso A venda a B, mediante escritura pública, um imóvel inscrito no registro imobiliário, e B aliene a C os direitos correspondentes ao bem, sem que o negócio seja levado a registro, então, se C vender o imóvel a D, essa venda não deverá ser de imediato registrada em nome de D, por ofensa ao princípio da continuidade.
- E** Por força do princípio da cindibilidade, cada título somente pode ser inscrito de modo unitário, ainda que compreenda mais de um ato jurídico passível de inscrição.

Questão 11

No que concerne ao registro civil das pessoas naturais (RCPN) e à desmaterialização de documentos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para fins de registro civil, o sexo do indivíduo a figurar no assento não corresponde, necessariamente, a suas características físicas.
- Ⓑ Os ofícios de RCPN devem prestar exclusivamente serviços voltados a essa atividade, em sentido estrito.
- Ⓒ Qualquer oficial registral ou notarial pode proceder à desmaterialização de documento físico digitalizado ou documento híbrido.
- Ⓓ Para fazer jus à gratuidade de emolumentos no RCPN, o interessado deve comprovar inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
- Ⓔ Os oficiais de registro civil devem remeter ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mensalmente, relação dos nascimentos, casamentos e óbitos havidos no período.

Questão 12

Em relação ao assento de nascimento das pessoas indígenas, julgue os itens que se seguem.

- I O assento de nascimento das pessoas indígenas não integradas no RCPN não é obrigatório.
- II Se um oficial de registro civil grafar erradamente o nome da etnia de registrando indígena, esse erro pode ser corrigido posteriormente, mediante simples requerimento administrativo.
- III O oficial de registro civil deve registrar, como local de nascimento de pessoa indígena, apenas o município onde se localize a aldeia de procedência daquela, se for o caso.
- IV O registro civil tardio de pessoa indígena somente pode ser realizado mediante autorização judicial ou da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Estão corretos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 13

Assinale a opção correta em relação ao assento de óbito de pessoa desconhecida e à utilização de cadáver para estudos e pesquisa.

- Ⓐ Cadáver de pessoa identificada não pode ser destinado para estudo.
- Ⓑ Dados da necropsia não devem figurar no registro de óbito de pessoa desconhecida.
- Ⓒ O entendimento atual acerca do assento de óbito de pessoa desconhecida é o de que não se deve fazer indicação da cor do indivíduo, em respeito à sua condição.
- Ⓓ Como regra, quando houver indício de morte resultante de ação criminosa, o corpo pode ser destinado, após o exame necroscópico, a ensino e a pesquisa, mediante manifestação favorável do Ministério Público e autorização judicial.
- Ⓔ Um cadáver não reclamado pode ser destinado a instituições de educação para fins de pesquisa e ensino, e a necessidade de necropsia do corpo não exclui essa destinação.

Questão 14

No que tange à interdição, julgue os próximos itens.

- I A interdição, atualmente tratada em lei como curatela, não impede o exercício de todos os direitos da pessoa, mas restringe os de natureza patrimonial e negocial.
- II A sentença de interdição somente será objeto de registro por iniciativa do curador ou promovente da ação homônima.
- III É possível estabelecer a curatela compartilhada a mais de uma pessoa.
- IV Se sobrevier decisão judicial que ponha termo à interdição, o registro desta será anulado, no livro próprio.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 15

No que diz respeito ao traslado de assentos lavrados em país estrangeiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ É competente para a inscrição da opção de nacionalidade a serventia extrajudicial da residência do optante ou de seus pais, e, nas hipóteses em que forem residentes no estrangeiro, o registro será feito no Distrito Federal.
- Ⓑ Toda filha ou filho de pessoa brasileira, se nascido(a) no exterior, deve requerer a juízo brasileiro seu assento de nascimento.
- Ⓒ Para que produzam efeito no Brasil, assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro devem observar integralmente a lei brasileira, no país em que se realizarem.
- Ⓓ Assentos de nascimento, óbito e casamento de brasileiros em país estrangeiro devem ser trasladados no ofício de RCPN mais próximo do domicílio dos interessados.
- Ⓔ Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro precisam ser validados pelo embaixador brasileiro perante o país de origem, para produzir efeitos no Brasil.

Questão 16

No que se refere ao registro civil de pessoas jurídicas (RCPJ), assinale a opção correta.

- Ⓐ Se duas entidades pedirem registro de pessoa jurídica indicando o mesmo nome, na mesma circunscrição, a precedência será da primeira que houver formulado o requerimento, com base no princípio da territorialidade.
- Ⓑ Desde que constituída para auxiliar licitamente os órgãos de segurança pública, é da competência do RCPJ registrar ato constitutivo de associação paramilitar.
- Ⓒ É vedado o registro de ato constitutivo de pessoa jurídica privada cuja denominação contenha palavras que possam confundir a coletividade acerca do exercício da atividade a que ela se dedique.
- Ⓓ Compete ao RCPJ inscrever todas as sociedades civis constituídas de acordo com as leis comerciais.
- Ⓔ Oficial de registro que receber requerimento de inscrição de ato constitutivo de pessoa jurídica com finalidade contrária à ordem pública deve imediatamente indeferir o registro e arquivar o requerimento.

Questão 17

Maria, residente no município de Petrolina, firmou contrato de locação de imóvel situado no município de Caruaru com Joana, residente no município do Recife. A fim de produzir efeitos em relação a terceiros, Maria decidiu levar o contrato ao registro de títulos e documentos.

Considerados tão somente os dados mencionados nessa situação hipotética, é correto afirmar que o registro do contrato

- Ⓐ deve ser feito no registro imobiliário e não no de títulos e documentos.
- Ⓑ deve ser feito em Caruaru.
- Ⓒ pode ser feito em qualquer circunscrição, a critério das partes.
- Ⓓ deve ser feito em Petrolina ou em Recife.
- Ⓔ pode ser feito em Petrolina, em Caruaru ou em Recife.

Questão 18

Sílvia pactuou a compra de um imóvel de Pedro, por meio de compromisso particular de compra e venda. Cumpridas as obrigações que lhe cabiam, Pedro recusou-se a adotar as medidas de sua responsabilidade para a conclusão do negócio.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ),

- Ⓐ Sílvia poderia pedir adjudicação compulsória do imóvel em face da mora de Pedro, tanto pela via judicial quanto extrajudicialmente.
- Ⓑ Sílvia poderia pleitear a adjudicação compulsória do imóvel apenas pela via judicial.
- Ⓒ a medida possível para Sílvia consistiria em ajuizar ação para compelir Pedro a outorgar-lhe a escritura de venda do imóvel.
- Ⓓ Sílvia somente poderia exigir de Pedro a outorga de escritura se o compromisso particular estivesse registrado.
- Ⓔ os direitos de Sílvia se resolveriam apenas em obter perdas e danos.

Questão 19

Com base no disposto na Lei do Condomínio e Incorporações (Lei n.º 4.591/1964), assinale a opção correta.

- Ⓐ A constituição de patrimônio de afetação não poderá ser averbada no registro imobiliário se houver ônus reais sobre o imóvel.
- Ⓑ A convenção de condomínio deve ser objeto de registro, e suas alterações também devem ser registradas.
- Ⓒ No ato de constituição do condomínio, a ser levado ao registro imobiliário, é preciso indicar a descrição interna de cada unidade autônoma.
- Ⓓ Ente da Federação não pode ser incorporador imobiliário.
- Ⓔ Se o imóvel for destruído e a minoria dos condôminos não concordar com a reconstrução, a maioria pode adquirir as frações ideais da minoria e requerer judicialmente a adjudicação, caso em que a sentença poderá servir de título definitivo a ser levado ao registro de imóveis.

Questão 20

No que se refere à fixação de emolumentos devidos aos serviços notariais e de registro, conforme a Lei n.º 10.169/2000, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se o valor dos emolumentos figurar no documento correspondente ao ato notarial ou registral, não haverá necessidade de o notário ou o registrador fornecer recibo.
- Ⓑ Em se tratando de atos sem conteúdo econômico específico, as leis estaduais e do Distrito Federal devem considerar a realidade socioeconômica local.
- Ⓒ Atos comuns a variados tipos de serviços notariais e de registro devem ser remunerados por emolumentos idênticos.
- Ⓓ Com base nas condições locais, as leis de emolumentos podem fixar valores para os atos notariais e de registro distintos dos decorrentes de avaliação judicial ou fiscal, quando esta existir para o ato.
- Ⓔ Nos atos que se refiram a mais de um imóvel, a base de cálculo dos emolumentos será a soma do valor deles.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 21**

Com base na teoria constitucionalista brasileira clássica e majoritária, assinale a opção correta no que diz respeito à classificação das constituições.

- Ⓐ A constituição material, em sentido estrito, designa as normas constitucionais inseridas em um documento escrito que regula a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.
- Ⓑ As constituições rígidas são aquelas que não admitem a alteração do seu texto.
- Ⓒ As constituições promulgadas são aquelas impostas por um grupo detentor do poder, por meio de um processo autoritário.
- Ⓓ As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.
- Ⓔ A constituição cesarista é aprovada por meio de plebiscito popular, o qual ratifica um texto constitucional elaborado pelo detentor do poder.

Questão 22

Conforme a jurisprudência tradicional do STF, o controle de constitucionalidade de ato regulamentar pela via da ação direta de inconstitucionalidade

- Ⓐ é admissível, se os efeitos da declaração de inconstitucionalidade forem restritos às partes da lide.
- Ⓑ é admissível, desde que a impugnação chegue ao STF pela via difusa.
- Ⓒ não é admissível, pois essa situação caracterizaria uma violação indireta ao texto constitucional.
- Ⓓ não é admissível, pois se trata de ato cuja constitucionalidade só pode ser examinada por meio do controle difuso.
- Ⓔ é admissível, desde que efetuado de forma repressiva.

Questão 23

Assinale a opção em que são corretamente citados fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

- A** pluralismo político, soberania e autodeterminação dos Poderes
- B** autodeterminação dos Poderes, soberania e cidadania
- C** soberania, cidadania e pluralismo político
- D** cidadania, autodeterminação dos Poderes e proteção ambiental
- E** proteção ambiental, cidadania e pluralismo político

Questão 24

Conforme disposto na CF, os serviços notariais e de registro são exercidos

- A** por titular de cargo privado, selecionado por processo seletivo público.
- B** em caráter privado, por autorização do poder público.
- C** por titular de cargo público, selecionado mediante concurso.
- D** em caráter público, por delegação do poder público.
- E** em caráter privado, por delegação do poder público.

Questão 25

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária

- A** deve observar o princípio da anterioridade.
- B** não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- C** deve observar o princípio da anualidade.
- D** deve observar apenas a anterioridade nonagesimal.
- E** deve observar apenas a anterioridade anual.

Questão 26

A decretação da intervenção federal em decorrência de desobediência a ordem ou decisão judicial depende de

- A** determinação de ministro do STF.
- B** requisição do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- C** ato de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- D** provimento, pelo STF, de representação do procurador-geral da República.
- E** solicitação da mesa-diretora do Congresso Nacional.

Questão 27

Conforme a CF, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos são equivalentes a uma emenda constitucional, desde que sejam

- A** internalizados por meio de decreto legislativo.
- B** ratificados pela maioria absoluta dos Estados signatários.
- C** ratificados pelo chefe do Poder Executivo.
- D** aprovados pelas duas casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
- E** aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão 28

Compete privativamente ao presidente da República

- A** sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- B** nomear o advogado-geral da União.
- C** fixar os subsídios dos ministros de Estado.
- D** apreciar os atos de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- E** autorizar os referendos e convocar os plebiscitos.

Questão 29

Carlos foi aprovado em um concurso público fora do número de vagas previsto no edital. Posteriormente, durante o prazo de validade do certame, surgiram novas vagas para o mesmo cargo.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência majoritária do STF,

- A** Carlos não tem direito à nomeação, dado não haver direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.
- B** Carlos não tem direito à nomeação, ressalvada a hipótese de preterição arbitrária e imotivada da ordem de classificação pela administração.
- C** Carlos terá direito à nomeação se demonstrar a existência de vagas em aberto, além das originalmente previstas no edital.
- D** Carlos terá direito imediato à nomeação se for anunciada a abertura de novo concurso durante a validade do certame anterior.
- E** Carlos terá direito à nomeação se a criação de novas vagas tiver ocorrido após a homologação do resultado do certame.

Questão 30

Segundo a CF, aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, pode adquirir o domínio do imóvel, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Nesse caso, de acordo com o texto constitucional, o título de domínio será concedido

- A** a cada um dos moradores, em condomínio.
- B** preferencialmente à mulher.
- C** ao homem, à mulher ou a ambos, independentemente do estado civil.
- D** ao casal, em partilha, ou ao chefe do grupo familiar, se este for solteiro, divorciado ou viúvo.
- E** à unidade familiar, de forma coletiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 31**

Com base no disposto na Lei n.º 4.132/1962, considera-se interesse social para fins de desapropriação

- A** a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.
- B** a construção de casas populares.
- C** a segurança nacional.
- D** a salubridade pública.
- E** a exploração e a conservação dos serviços públicos.

Questão 32

Caso determinado órgão da administração pública municipal realize processo licitatório para registro de preço, terão a faculdade de aderir à respectiva ata de registro de preço formalizada mediante licitação órgãos e entidades da administração pública

- A** municipal, somente.
- B** federal, estadual e municipal.
- C** estadual e municipal, somente.
- D** estadual, somente.
- E** federal, somente.

Questão 33

A Lei n.º 11.781/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual, prevê que, nos processos administrativos de que resultem sanções, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes susceptíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, tais processos administrativos poderão ser revistos

- A** a qualquer tempo, desde que de ofício, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.
- B** a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, não podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.
- C** pelo prazo máximo de cinco anos, não podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.
- D** pelo prazo máximo de cinco anos, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.
- E** a qualquer tempo, desde que a pedido, podendo a revisão resultar no agravamento da sanção.

Questão 34

De acordo com a Lei n.º 9.790/1999, é passível de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSICIP)

- A** sindicato.
- B** associação de direito privado criada por órgão público.
- C** cooperativa.
- D** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.
- E** associação de classe.

Questão 35

De acordo com o Decreto n.º 11.462/2023, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021, o processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade

- A** leilão ou pregão.
- B** concorrência ou diálogo competitivo.
- C** concurso ou diálogo competitivo.
- D** concurso ou pregão.
- E** concorrência ou pregão.

Questão 36

As coisas de arte erudita, nacional e estrangeira que se constituírem patrimônio histórico e artístico nacional deverão ser inscritas no Livro do Tombo

- A** das Artes Aplicadas.
- B** das Belas Artes.
- C** Histórico.
- D** Etnográfico.
- E** Paisagístico.

Questão 37

Segundo o entendimento do STJ, em processo administrativo disciplinar, o controle jurisdicional, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, deve restringir-se ao exame

- A** do mérito e da competência.
- B** do mérito e da finalidade.
- C** da regularidade do procedimento e da legalidade do ato.
- D** da competência e da legalidade do ato.
- E** da finalidade e da regularidade do procedimento.

Questão 38

Suponha que determinados agentes públicos tenham praticado as seguintes condutas: Simone utilizou, em obra particular, trabalho de servidores do órgão em que é lotada; Lucas facilitou a aquisição de bem por preço superior ao de mercado; e Pedro permitiu chegar ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria. Nessa situação, nos termos da Lei n.º 8.429/1992, estará(ão) sujeito(s) a responder por ato de improbidade administrativa, seja a conduta por ato doloso, seja por omissão dolosa,

- A** Lucas, somente.
- B** Simone e Pedro, somente.
- C** Simone, Lucas e Pedro.
- D** Simone e Lucas, somente.
- E** Lucas e Pedro, somente.

Questão 39

A ratificação de protocolo de intenções para a celebração de contrato de consórcio público e a posterior alteração do respectivo contrato dependerão

- A** ambas de emissão de portaria pelas partes envolvidas.
- B** da publicação de decreto e portaria, respectivamente.
- C** ambas de aprovação de lei.
- D** ambas de publicação de decreto.
- E** da publicação de lei e decreto, respectivamente.

Questão 40

A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública pode ocorrer na modalidade licitatória

- A** leilão ou concorrência.
- B** concorrência ou concurso.
- C** concurso ou diálogo competitivo.
- D** concorrência ou diálogo competitivo.
- E** leilão ou concurso.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 41**

Em relação ao tema do Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A** Não é permitida a edição de medidas provisórias em matéria tributária.
- B** O conteúdo acerca da matéria de tributação se exaure em capítulo constitucional específico.
- C** Na CF, o capítulo referente ao Sistema Tributário Nacional trata não apenas de matéria tributária, mas também de direito financeiro.
- D** As matérias tributárias são textualmente incluídas no conceito de cláusulas pétreas.
- E** As leis de natureza tributária federal são de iniciativa privativa do presidente da República.

Questão 42

No que diz respeito à aplicação da norma tributária, assinale a opção correta de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN).

- A** Os princípios gerais de direito privado são utilizados para a definição dos efeitos tributários dos institutos de direito privado.
- B** A utilização dos princípios gerais de direito público precede a aplicação da analogia.
- C** A aplicação dos princípios gerais de direito privado não está prevista na legislação tributária.
- D** A utilização dos princípios gerais de direito privado precede a aplicação da equidade.
- E** A aplicação dos princípios gerais de direito privado é utilizada para a definição dos efeitos tributários de seus institutos.

Questão 43

No que concerne à anistia tributária, assinale a opção correta à luz do disposto no CTN.

- A** A anistia tributária pode ser concedida limitadamente a contribuintes com idade avançada.
- B** A concessão da anistia tributária exige aprovação por meio de lei.
- C** A concessão da anistia tributária alcança os atos que sejam praticados com simulação pelo sujeito passivo, desde que não configurem crime.
- D** A anistia tributária pode abranger infrações cometidas antes ou após a vigência da norma que a concede.
- E** A concessão da anistia tributária alcança os atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, desde que de natureza tributária.

Questão 44

Assinale a opção correta a respeito da ação de execução fiscal, conforme entendimento do STF.

- A** O ente público exequente somente pode requerer a desistência de execução fiscal se essa extinção atender a um tributo específico.
- B** O juiz pode determinar a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa.
- C** O juiz pode determinar a extinção de execução fiscal de qualquer valor pela ausência de interesse de agir, em face do princípio constitucional da eficiência administrativa.
- D** O ente público exequente não pode requerer a desistência de execução fiscal de baixo valor, em razão do princípio da moralidade administrativa.
- E** O ente público exequente não pode requerer a extinção de execução fiscal de baixo valor, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público.

Questão 45

Para efeitos da previdência social, em conformidade com a Lei de Custeio da Previdência Social n.º 8.212/1991, são considerados contribuintes individuais

- A** os brasileiros que prestam serviço no Brasil a missão diplomática não amparados pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática.
- B** os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
- C** aqueles que, contratados por empresa de trabalho temporário prestam serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente.
- D** os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- E** os ministros de confissão religiosa e os membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.

Questão 46

Caso um cartório de notas seja demandado a lavrar uma escritura que contenha, além do pacto principal, pactos adjetos, suscetíveis de desdobramento em mais de um instrumento e envolvendo as mesmas partes, os custos dessa escritura corresponderão ao valor

- A** do pacto principal acrescido do menor valor para escritura multiplicado pelo número de pactos adjetos.
- B** do pacto principal multiplicado pelo número de pactos adjetos.
- C** do pacto principal acrescido de um valor mínimo de escritura, para cada um dos demais pactos.
- D** do pacto principal, apenas.
- E** do pacto principal acrescido de um quarto do valor correspondente a cada um dos demais.

Questão 47

Com vistas a estimular o emprego no Brasil, a União criou, por meio de lei, a contribuição social previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) em substituição à contribuição patronal ordinária. Questionou-se, então se seria ou não constitucional a inclusão do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) na base de cálculo da nova contribuição previdenciária para empresas que prestem serviços. Quanto a tal matéria, o STF decidiu que

- A a inclusão do ISS na base de cálculo é constitucional.
- B a inclusão do ISS na base de cálculo dependeria da natureza do respectivo serviço prestado pela empresa contribuinte.
- C a inclusão do ISS na base de cálculo depende da natureza jurídica do respectivo contribuinte.
- D caberia ao STJ deliberar a questão.
- E a inclusão do ISS na base de cálculo somente seria constitucional se o objeto da empresa não fosse prestação de serviços.

Questão 48

De acordo com o entendimento do STF acerca da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, *a*, da CF, as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais

- A são beneficiárias da imunidade tributária recíproca, independentemente de oferecerem risco ao equilíbrio concorrencial.
- B são beneficiárias da imunidade tributária recíproca desde que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.
- C não são beneficiárias da imunidade tributária recíproca.
- D são beneficiárias da imunidade tributária recíproca desde que não cobrem tarifa como contraprestação do serviço.
- E são beneficiárias da imunidade tributária recíproca desde somente distribuam lucros a acionistas privados.

Questão 49

Para efeitos da Lei Estadual n.º 13.974/2009, que disciplina o imposto sobre heranças, legados e doações, considera-se doação

- A a renúncia feita pelo legatário em favor do monte mor.
- B a transmissão a título de antecipação de herança.
- C a renúncia feita pelo herdeiro em favor do monte mor.
- D a transmissão onerosa a título de antecipação de herança.
- E a cessão onerosa feita pelo herdeiro em favor de pessoa determinada.

Questão 50

Antes de 1988, o CTN (Lei n.º 5.172/1966) e a Lei de Execuções Fiscais (Lei n.º 6.830/1980) estabeleciam a preferência da União em relação a estados, municípios e Distrito Federal na cobrança judicial de créditos da dívida ativa. Ao examinar a matéria em 1976, o STF confirmou essa preferência, tendo, inclusive editado a Súmula 563. Em 2015, a suprema corte firmou o entendimento de que

- A a preferência é recebida pela CF e deve obedecer às cobranças de dívida ativa na ordem crescente de valores de execução.
- B a preferência é recebida pela CF e se mantém vigente.
- C a preferência não é recebida pela CF.
- D a preferência é dos municípios.
- E a preferência é dos estados e do Distrito Federal.

DIREITO CIVIL**Questão 51**

À luz do disposto no Código Civil, assinale a opção correta acerca do direito das sucessões.

- A Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, independentemente de qualquer direito de representação.
- B Na falta de irmãos, herdarão os tios e, não os havendo, os sobrinhos do autor da herança.
- C A exclusão dos herdeiros facultativos deve ocorrer por meio da deserdação.
- D Não sobrevivendo cônjuge, companheiro ou parente sucessível, ou tendo eles renunciado à herança, esta será destinada ao município onde tiver ido a óbito o falecido.
- E Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

Questão 52

De acordo com a jurisprudência do STJ, a legítima

- A poderá ser incluída no testamento desde que não resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros necessários.
- B não poderá ser incluída no testamento por expressa vedação legal.
- C poderá ser incluída no testamento desde que não resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros legítimos.
- D não poderá ser incluída no testamento por não ser hipótese de interpretação analógica.
- E poderá ser incluída no testamento mesmo que resulte em privação ou em redução dessa parcela aos herdeiros legítimos.

Questão 53

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, o bem integrante da herança jacente é incorporado ao domínio do ente público

- A com a sentença de declaração de vacância, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.
- B após o decurso do prazo de cinco anos, a contar da abertura da sucessão, mas não se admite o exercício de posse *ad usucapionem*.
- C no momento da abertura da sucessão, razão por que não se admite o exercício de posse *ad usucapionem*.
- D a partir da arrecadação, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.
- E com a instauração do arrolamento, podendo até esse momento ser exercida posse *ad usucapionem*.

Questão 54

Assinale a opção correta acerca da cláusula testamentária duvidosa, segundo entendimento do STJ.

- Ⓐ Por ser inviável a busca da real vontade do testador, deve ser declarada nula a cláusula testamentária que ofereça dúvida.
- Ⓑ A cláusula em questão não pode ser objeto de cumprimento, por ser inviável saber qual a melhor interpretação que assegure a observância da vontade do testador.
- Ⓒ Por ser inviável a busca da real vontade do testador, deve ser adotada a solução que confira maior eficácia e utilidade à cláusula escrita, devendo o intérprete valer-se das manifestações de vontade externadas em vida pelo testador, ainda que não constem do próprio testamento.
- Ⓓ A mencionada cláusula deve ser compreendida da forma que melhor se harmonize com a vontade manifestada pelo testador, devendo a interpretação ficar limitada à cláusula que isoladamente ofereça dúvida.
- Ⓔ A referida cláusula deve ser compreendida da forma que melhor se harmonize com a vontade manifestada pelo testador, devendo a interpretação ficar limitada ao próprio testamento, considerado o conjunto das disposições testamentárias.

Questão 55

De acordo com a jurisprudência do STJ, caracteriza-se como hipótese em que o autor da herança está autorizado a deserdar o herdeiro necessário

- Ⓐ a prática de denúncia caluniosa, em juízo cível ou criminal, em desfavor do autor da herança.
- Ⓑ o ajuizamento de ação de curatela em face do autor da herança em que fique demonstrado ter o proponente incorrido em abuso de direito quanto à demanda proposta.
- Ⓒ a prática de tentativa de homicídio culposo contra o autor da herança.
- Ⓓ a prática de atitudes desrespeitosas para com o autor da herança.
- Ⓔ o exercício do direito de ação, por meio da instauração de incidente que objetive remover o autor da herança do cargo de inventariante de sucessão que já tenha sido aberta.

Questão 56

Assinale a opção correta acerca do contrato escrito de convivência da união estável, conforme entendimento do STJ.

- Ⓐ É admissível que o referido contrato disponha sobre o regime de bens, sendo válidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos pessoais e patrimoniais do pacto.
- Ⓑ É vedado ao referido contrato dispor sobre o regime de bens, devendo vigorar entre os conviventes a comunhão parcial de bens.
- Ⓒ É vedado ao mencionado contrato dispor sobre o regime de bens, devendo vigorar entre os conviventes a separação convencional de bens.
- Ⓓ É admissível que o mencionado contrato disponha sobre o regime de bens, sendo válidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto.
- Ⓔ É admissível que o referido contrato disponha sobre o regime de bens, sendo, entretanto, inválidas cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais do pacto.

Questão 57

De acordo com o entendimento do STJ, o regime de separação total de bens entre os cônjuges, contratado por meio do pacto antenupcial,

- Ⓐ não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após a morte de qualquer dos cônjuges com a exclusão do supérstite da condição de herdeiro quando houver qualquer parente sucessível.
- Ⓑ não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após a morte de qualquer dos cônjuges com a exclusão do supérstite da condição de herdeiro desde que o *de cuius* tenha deixado descendentes.
- Ⓒ extingue-se com a morte de um dos contratantes, não podendo produzir efeitos após esse momento por haver vedação expressa no ordenamento pátrio quanto à concessão de ultratividade do regime patrimonial capaz de emprestar eficácia póstuma ao regime matrimonial.
- Ⓓ extingue-se com a morte de um dos contratantes, não podendo produzir efeitos após esse momento por inexistir no ordenamento pátrio previsão de ultratividade do regime patrimonial capaz de emprestar eficácia póstuma ao regime matrimonial.
- Ⓔ não se extingue com a morte de um dos contratantes, produzindo efeitos após esse momento com a exclusão do cônjuge supérstite da condição de herdeiro desde que o *de cuius* tenha deixado ascendentes.

Questão 58

Segundo entendimento do STJ, na hipótese de ser formalizado, por escritura pública, pacto antenupcial que não seja seguido pelo casamento, permanecendo o casal a conviver sob a forma de união estável, esse pacto

- Ⓐ poderá ser aproveitado na sua eficácia como contrato de convivência, devendo reger a união estável desde que os conviventes expressamente manifestem vontade nesse sentido.
- Ⓑ não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser considerado inexistente.
- Ⓒ poderá ser aproveitado na sua eficácia como contrato de convivência, devendo reger a união estável.
- Ⓓ não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser ineficaz.
- Ⓔ não poderá ser aproveitado como contrato de convivência por ser inválido.

Questão 59

Conforme entendimento do STJ, o direito real de habitação do cônjuge supérstite

- Ⓐ não vigora se o regime de casamento do casal tiver sido o da separação obrigatória de bens.
- Ⓑ extingue-se se ele vier a contrair novo matrimônio ou falecer.
- Ⓒ extingue-se se ele vier a constituir nova família sob a forma de união estável.
- Ⓓ é assegurado em relação ao imóvel em que o casal residia ao tempo da abertura da sucessão, ainda que o *de cuius* tenha deixado outro imóvel dessa natureza.
- Ⓔ tem natureza de direito real, vitalício e personalíssimo.

Questão 60

Consoante entendimento do STJ, o direito de passagem forçada é atribuído

- Ⓐ unicamente ao possuidor, independentemente do pagamento de indenização.
- Ⓑ ao proprietário e ao possuidor, independentemente do pagamento de indenização.
- Ⓒ unicamente ao proprietário, mediante pagamento de indenização.
- Ⓓ ao proprietário e ao possuidor, mediante pagamento de indenização.
- Ⓔ unicamente ao proprietário, independentemente do pagamento de indenização.

Questão 61

De acordo com o entendimento do STJ, em se tratando de contrato de locação por prazo indeterminado, o fiador poderá notificar o locador para fins de exonerar-se da fiança

- Ⓐ sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança pelo prazo de cento e vinte dias após notificar o locador.
- Ⓑ sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança durante sessenta dias após o locador ser notificado.
- Ⓒ após trinta dias do início da vigência do contrato, ficando desobrigado dos efeitos da fiança imediatamente após notificar o locador.
- Ⓓ após quarenta e cinco dias de vigência do contrato, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança até o fim do contrato.
- Ⓔ após sessenta dias de vigência do contrato, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança até o fim do contrato.

Questão 62

Assinale a opção correta acerca da teoria da perda de uma chance, à luz do entendimento do STJ.

- Ⓐ O nexo causal que autoriza a responsabilidade é aquele entre a conduta omissiva ou comissiva do agente e a chance perdida, sendo necessário que esse nexo se estabeleça diretamente com o dano final.
- Ⓑ A reparação de danos só será possível se ficar comprovado que a pessoa teria chance de cura ou sobrevivência.
- Ⓒ O nexo causal que autoriza a responsabilidade é aquele entre a conduta omissiva ou comissiva do agente e a chance perdida, sendo desnecessário que esse nexo se estabeleça diretamente com o dano final.
- Ⓓ Não deve ser indenizada a expectativa ou a chance de se alcançar um resultado, ou de evitar um prejuízo, ainda que envolva bem que merece proteção jurídica.
- Ⓔ Não é suficiente a possibilitar a reparação de danos a mera privação indevida da chance de cura ou sobrevivência da pessoa.

Questão 63

Segundo entendimento do STJ, no contrato de seguro sobre a vida de outrem, a morte do segurado causada por ato ilícito praticado pelo contratante que seja cônjuge daquele acarreta a

- Ⓐ anulabilidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante, mas não impede que os demais beneficiários do seguro recebam a indenização convencionada no contrato.
- Ⓑ anulabilidade do contrato de seguro, mas não obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.
- Ⓒ nulidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante, mas não impede que os demais beneficiários do seguro recebam a indenização convencionada no contrato.
- Ⓓ nulidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.
- Ⓔ anulabilidade do contrato de seguro e obsta o recebimento da indenização securitária pelo contratante e pelos demais beneficiários do seguro.

Questão 64

De acordo com o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, no contrato de seguro de vida em que o segurado deixe de indicar o beneficiário, mas, ao tempo da sua morte, seja casado,

- Ⓐ metade do capital segurado será pago ao cônjuge não separado de fato do segurado, e metade aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.
- Ⓑ o capital segurado será pago integralmente ao cônjuge, caso este não esteja separado de fato do segurado.
- Ⓒ um terço do capital segurado será pago ao cônjuge, desde que este não esteja separado de fato do segurado, e dois terços aos herdeiros, obedecida a ordem da vocação hereditária.
- Ⓓ o capital segurado será pago integralmente aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.
- Ⓔ metade do capital segurado será pago ao cônjuge não separado judicialmente, e metade aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Questão 65

Determinado imóvel foi penhorado em decorrência de débito condominial. Em momento posterior, terceiro passou a exercer a posse sobre o imóvel, vindo a adquirir a propriedade por usucapião.

Com base nessa situação hipotética e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que aquisição originária da propriedade por usucapião

- Ⓐ não prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, sendo mantida a penhora incidente sobre o bem.
- Ⓑ prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, mas não autoriza a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.
- Ⓒ prevalece sobre o caráter *propter rem* do débito condominial, de modo a autorizar a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.
- Ⓓ prevalece sobre o caráter pessoal do débito condominial, de modo a autorizar a desconstituição de penhora incidente sobre o bem.
- Ⓔ não prevalece sobre o caráter *propter rem* do débito condominial, sendo mantida a penhora incidente sobre o bem.

Questão 66

De acordo com o STJ, a pretensão de reparação civil decorrente do reconhecimento judicial de nulidade de negócio jurídico causada por ato praticado por tabelião no exercício da atividade cartorária

- A** decai em quatro anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.
- B** prescreve em dez anos, iniciando-se o prazo do trânsito em julgado da ação anulatória.
- C** prescreve em dez anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.
- D** prescreve em três anos, iniciando-se o prazo da prática do ato lesivo.
- E** prescreve em três anos, iniciando-se o prazo do trânsito em julgado da ação anulatória.

Questão 67

Assinale a opção correta a respeito do negócio jurídico simulado, à luz do disposto no Código Civil e da jurisprudência do STJ.

- A** Uma das partes não pode alegar contra a outra a simulação do negócio jurídico sob pena de incorrer em *venire contra factum proprium*.
- B** Tal instituto não pode ser declarado de ofício pelo juiz da causa, exigindo-se a impugnação por uma das partes.
- C** O negócio jurídico simulado configura anulabilidade, não podendo ser arguida por uma das partes em desfavor da outra.
- D** Na simulação relativa, o negócio jurídico simulado é nulo, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- E** Na simulação relativa e na simulação absoluta admite-se o aproveitamento do ato se for válido em sua substância e forma.

Questão 68

Conforme o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ, o contrato de doação

- A** é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado apenas por escritura pública, podendo-lhe ser conferida interpretação extensiva.
- B** pode ser celebrado informalmente entre as partes e admite interpretação extensiva.
- C** pode ser celebrado informalmente entre as partes e deve ser objeto de interpretação restritiva.
- D** é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular, podendo-lhe ser conferida interpretação extensiva.
- E** é espécie de contrato solene, devendo ser celebrado por escritura pública ou instrumento particular, e deve ser objeto de interpretação restritiva.

Questão 69

Consoante o posicionamento do STJ, a anulabilidade do negócio jurídico

- A** aproveita unicamente aqueles que a alegarem, não podendo, em nenhuma hipótese, ser estendida a terceiros.
- B** pode ser invocada como matéria de defesa, não dependendo do ajuizamento de ação desconstitutiva específica.
- C** deve necessariamente ser alegada em procedimento próprio, a fim de que possa ter efeito após o trânsito em julgado.
- D** pode ser alegada pelos sujeitos da relação jurídica ou por terceiros que lhes sejam estranhos.
- E** pode ser pronunciada de ofício pelo magistrado.

Questão 70

Considerando o disposto no Código Civil e a jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil

- A** é cabível e seus efeitos atingem todos os associados.
- B** é inviável, por ausência de expressa previsão legal.
- C** é inviável, por inexistir elemento pessoal, sendo este requisito para a desconsideração da personalidade jurídica.
- D** é cabível, e seus efeitos atingem apenas o patrimônio daqueles associados que exerceram algum cargo diretivo e com poder de decisão dentro da entidade.
- E** é inviável, por inexistir vínculo obrigacional entre a associação e seus associados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 71**

Conforme dispõe o Código de Processo Civil (CPC), a herança jacente é representada em juízo pelo

- A** Ministério Público.
- B** espólio.
- C** curador.
- D** inventariante.
- E** administrador judicial.

Questão 72

Diante da urgência do pedido, o autor apresentou petição inicial que se limitava ao requerimento da tutela antecipada e indicação do pedido de tutela final.

Nessa situação hipotética, caso seja concedida a tutela antecipada requerida em caráter antecedente, o autor deverá

- A** apresentar a justificação prévia.
- B** pedir a marcação da audiência de conciliação.
- C** prestar caução fidejussória.
- D** aditar a petição inicial.
- E** providenciar a citação do réu.

Questão 73

Na hipótese de penhora realizada no curso de uma execução judicial, se a constrição recair sobre um terreno submetido ao regime do direito de superfície, sendo o superficiário o executado, a penhora deverá

- A** recair sobre a construção ou a plantação.
- B** ser revogada.
- C** ser emendada para indicar a proporção do imóvel a ser penhorada.
- D** recair sobre o terreno.
- E** recair sobre os bens móveis.

Questão 74

De acordo com a Lei n.º 8.245/1991, que dispõe sobre locação de imóveis urbanos, o contrato de locação realizado por mulher casada pode ser ajustado

- A** por até 20 anos, não se exigindo vênica conjugal.
- B** por qualquer prazo, independentemente de vênica conjugal.
- C** por até cinco anos, permitida uma única renovação por igual período.
- D** por qualquer prazo, exigindo-se vênica conjugal se este for igual ou superior a dez anos.
- E** por até oito anos, dependendo a renovação de vênica conjugal.

Questão 75

Assinale a opção em que é corretamente apresentada a definição de cláusula compromissória e de compromisso arbitral, com base na Lei n.º 9.307/1996 (Lei de Arbitragem).

- A** Compromisso arbitral é uma convenção para submeter uma lide à arbitragem, a qual é livremente pactuada pelas partes de forma autônoma; cláusula compromissória é uma obrigação de submissão de litígios à arbitragem e restringe-se aos contratos de adesão.
- B** Cláusula compromissória é um acordo extrajudicial celebrado por um instrumento particular; compromisso arbitral consiste em acordo celebrado por termo nos autos judiciais, perante o juízo ou tribunal onde tem curso a demanda.
- C** Compromisso arbitral é um acordo extrajudicial celebrado por meio de um instrumento particular; cláusula compromissória é um acordo celebrado por termo nos autos, perante o juízo ou tribunal onde tem curso a demanda.
- D** Compromisso arbitral é a convenção por meio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir; cláusula compromissória é a convenção por meio da qual as partes submetem um litígio à arbitragem.
- E** Cláusula compromissória é a convenção por meio da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir; compromisso arbitral é a convenção por meio da qual as partes submetem um litígio à arbitragem.

DIREITO PENAL**Questão 76**

O ato de coagir um idoso a fazer uma doação configura a prática de

- A** extorsão simples.
- B** extorsão qualificada.
- C** estelionato.
- D** crime específico tipificado no Estatuto do Idoso.
- E** roubo com causa de aumento de pena.

Questão 77

Pedro, com 20 anos de idade, fabricou, sem autorização do titular, produto que incorporava desenho industrial registrado, tendo a sua conduta configurado crime para o qual é estabelecida pena privativa de liberdade de 3 meses a 1 ano.

Nessa situação, o crime praticado por Pedro prescreverá caso a denúncia não seja

- A** oferecida em até 4 anos após a data do fato.
- B** recebida em até 2 anos após a data do fato.
- C** oferecida em até 3 anos após a data do fato.
- D** recebida em até 3 anos após a data do fato.
- E** oferecida em até 2 anos após a data do fato.

Questão 78

Mauro, na condição de sujeito passivo da obrigação, deixou de recolher, no prazo legal, valor de contribuição social descontado que deveria ter sido recolhido aos cofres públicos.

Nessa situação, a conduta praticada por Mauro configura

- A** crime contra as finanças públicas, previsto no Código Penal.
- B** crime de sonegação de contribuição previdenciária, previsto no Código Penal.
- C** crime de falsidade ideológica, previsto no Código Penal.
- D** crime de estelionato, previsto no Código Penal.
- E** crime contra a ordem tributária, previsto na Lei n.º 8.137/1990.

Questão 79

Carlos, tabelião de um escritório de notas, apropriou-se de valores públicos que deveriam ter sido repassados a determinado fundo estadual, cujos recursos financeiros são destinados ao processo de modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário.

Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, a conduta praticada por Carlos configura crime

- A** de concussão.
- B** de apropriação indébita.
- C** contra a ordem tributária.
- D** de peculato-desvio.
- E** de prevaricação.

Questão 80

Entre os crimes contra o casamento previstos no Código Penal, o único que se procede mediante ação penal privada é o de

- A** simulação de casamento.
- B** simulação de autoridade para celebração de casamento.
- C** bigamia.
- D** induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
- E** conhecimento prévio de impedimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 81**

Assinale a opção correta no que se refere ao entendimento do STJ acerca da busca e apreensão domiciliar e pessoal.

- A** É legítima a realização da busca e apreensão pessoal, sem mandado judicial, amparada na fundada suspeita (justa causa) de que o agente esteja na posse de objetos que constituam corpo de delito, como, por exemplo, no caso de o agente dispensar algo no chão ao notar a aproximação da polícia militar em patrulhamento de rotina.
- B** Durante uma abordagem policial, o nervosismo do suspeito é causa suficiente para caracterizar a fundada suspeita e justificar a realização de busca pessoal.
- C** É lícita a realização da busca pessoal praticada como rotina do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória.
- D** Durante uma abordagem policial realizada sem que tenha havido investigação prévia e fundada suspeita que justifiquem a abordagem, a descoberta casual de objetos ilícitos é capaz de convalidar eventual ilegalidade prévia na revista do indivíduo.
- E** A busca pessoal pode ser realizada apenas com base em denúncia anônima.

Questão 82

No direito processual penal, considera-se flagrante ficto o fato de o indivíduo

- A** ser encontrado, logo depois do crime, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração penal.
- B** estar cometendo a infração penal no exato momento do flagrante.
- C** ser perseguido, logo depois do crime, pelo ofendido e capturado sem que este o tenha perdido de vista.
- D** ter cometido a infração penal minutos antes do flagrante.
- E** ser perseguido, logo após o crime, pela autoridade policial, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.

Questão 83

Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta no que se refere ao inquérito policial e à ação penal.

- Ⓐ O órgão do Ministério Público tem o dever de comunicar à vítima o arquivamento de quaisquer elementos informativos de natureza similar ao inquérito policial.
- Ⓑ A vítima pode recorrer da decisão de arquivamento do inquérito policial, devendo o recurso ser dirigido ao chefe de polícia.
- Ⓒ Não sendo o caso de arquivamento do inquérito policial, a vítima, acompanhada de seu advogado, pode propor acordo de não persecução penal ao investigado.
- Ⓓ Durante o inquérito policial, o ofendido pode requisitar à autoridade policial a realização de diligências investigativas, sendo ela obrigada a realizá-las, salvo se forem contrárias à lei.
- Ⓔ É cabível o ajuizamento de ação penal privada subsidiária da pública na hipótese de o Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial.

Questão 84

Alberto, visando obter vantagem ilícita para si, praticou crime de estelionato no município de Caruaru – PE e, a fim de aumentar a efetividade do crime praticado, falsificou, no município de Salgueiro – PE, parte de um documento público, conduta tipificada como crime de falsificação de documento público.

Nessa situação, considerando-se que a pena prevista para o crime de falsificação de documento público é mais grave que a aplicável ao crime de estelionato, que a falsidade não se exauriu no estelionato e que a prova de uma infração penal influi na prova da outra, a competência para julgar os fatos é

- Ⓐ do juízo da comarca de Recife – PE, por ser a capital do estado, haja vista a pluralidade de locais e de delitos praticados pelo agente.
- Ⓑ definida de acordo com o local onde seja instaurado o inquérito policial para a apuração de ambos os crimes.
- Ⓒ do juízo da comarca do município de Salgueiro – PE, em razão de a pena prevista para o crime de falsificação de documento público ser mais grave que a prevista para o crime de estelionato.
- Ⓓ do juízo da comarca do município de Caruaru – PE, visto que o crime de estelionato foi praticado primeiro.
- Ⓔ dividida, sendo da competência do juízo da comarca do município de Salgueiro – PE o julgamento do crime de falsificação de documento público e da competência do juízo da comarca do município de Caruaru – PE o julgamento do crime de estelionato.

Questão 85

Quando o juiz determinar a alienação antecipada para a preservação do valor dos bens apreendidos sujeitos a deterioração ou depreciação, o valor mínimo dessa alienação, em relação ao valor estipulado na avaliação judicial, não poderá ser inferior a

- Ⓐ 50%.
- Ⓑ 60%.
- Ⓒ 70%.
- Ⓓ 80%.
- Ⓔ 100%.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 86**

Assinale a opção correta a respeito do direito de empresa.

- Ⓐ A transformação de empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) em sociedades limitadas unipessoais está condicionada à alteração no respectivo ato constitutivo.
- Ⓑ O Código Civil autoriza ao incapaz figurar como sócio de sociedade, mas não a explorar a atividade empresarial na qualidade de empresário individual.
- Ⓒ O exercício de profissão intelectual ou artística é incompatível com a caracterização da figura do empresário.
- Ⓓ A constituição de estabelecimento empresarial secundário prescinde da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis.
- Ⓔ O processo de abertura e registro do microempreendedor individual pode ser realizado sem informações acerca do capital e do estado civil e regime de bens do empreendedor.

Questão 87

Assinale a opção correta acerca do direito societário.

- Ⓐ A sociedade em comandita por ações rege-se pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas, somente podendo ser administrada por acionista que, na qualidade de diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- Ⓑ Na sociedade em comandita simples, a morte do sócio comanditário implica a dissolução da sociedade.
- Ⓒ Nas sociedades em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações, razão por que bens e dívidas sociais não constituem patrimônio especial.
- Ⓓ Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem tomar parte do capital social de sociedades em nome coletivo.
- Ⓔ A formação do capital social das sociedades limitadas pode ser dividida em quotas iguais ou desiguais em relação aos sócios, que poderão contribuir com bens ou prestação de serviços.

Questão 88

No que se refere às sociedades por ações, assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 6.404/1976.

- Ⓐ A incorporação de imóveis para formação do capital social da sociedade anônima exige escritura pública.
- Ⓑ No âmbito das sociedades anônimas, é possível a emissão de ações por preço inferior ou superior ao seu valor nominal.
- Ⓒ As ações preferenciais, em regra, conferem ao acionista direito a voto.
- Ⓓ A emissão de debêntures não pode ultrapassar o capital social da companhia.
- Ⓔ Na hipótese de liquidação da companhia, os dividendos podem ser distribuídos em prejuízo do capital social caso essa vantagem tenha sido expressamente assegurada.

Questão 89

Em relação aos bens imateriais envolvidos na atividade empresarial, julgue os itens que se seguem, conforme a legislação de regência e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I A anterioridade do registro do nome empresarial no órgão competente confere a seu titular o direito a exigir abstenção, em face de outras empresas, do uso do nome de domínio na rede mundial de computadores, uma vez que o nome de domínio integra o estabelecimento empresarial para todos os fins.
- II O contrato de trespasse somente produz efeito perante terceiros após o registro na junta comercial e a publicação na imprensa oficial.
- III Os perfis em redes sociais explorados com finalidade empresarial podem ser caracterizados como estabelecimentos virtuais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 90

Julgue os seguintes itens, relativos à falência.

- I Ao administrador judicial cabe decidir se cumpre ou não os contratos bilaterais do falido que ainda estiverem em curso, o que lhe permite recusar a eficácia da cláusula compromissória prevista nesses contratos.
- II Segundo a jurisprudência do STJ, os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência.
- III No âmbito da falência, os atos praticados com a intenção de prejudicar credores são passíveis de revogação, desde que comprovados o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 91

No que concerne aos títulos de crédito, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ.

- A** O endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito que contenha vício formal extrínseco responde pelos danos decorrentes de protesto indevido, sem direito de regresso contra os endossantes e avalistas.
- B** Como regra geral, no caso de prescrição da pretensão do credor à execução de título de crédito, o endossante e o avalista, de obrigado principal ou de coobrigado, não respondem pelo pagamento da obrigação.
- C** O endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato responde, independentemente de culpa, pelos danos morais e materiais relacionados a protesto indevido.
- D** Uma vez protestado legitimamente o título de crédito, havendo a quitação da dívida, incumbe ao credor providenciar o cancelamento do protesto.
- E** No caso de cheque, o apontamento a protesto pode ser realizado fora do prazo da execução cambial, desde que indicados corretamente os devedores principais.

Questão 92

No que diz respeito aos contratos empresariais, assinale a opção correta conforme a legislação de regência e a jurisprudência do STJ.

- A** Nos contratos de arrendamento mercantil, a notificação prévia do arrendatário é indispensável para constituí-lo em mora, ainda que haja cláusula resolutiva expressa.
- B** A renegociação de contrato bancário constitui óbice à discussão sobre ilegalidades dos contratos anteriores, bem como altera o termo inicial da prescrição para a formalização da ação revisional.
- C** Nos contratos de representação comercial, a exclusividade da representação é presumida, salvo cláusula contratual expressa em sentido contrário.
- D** A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda a prestação.
- E** No âmbito dos contratos de comissão mercantil, o comissário, em regra, responde pela insolvência das pessoas com quem tratar.

Questão 93

No que concerne ao direito de recuperação das empresas, assinale a opção correta considerando o disposto na Lei n.º 11.101/2005 e a jurisprudência dos tribunais superiores.

- A** Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade em recuperação não serão admitidas uma vez deferido o processamento da recuperação judicial.
- B** O pedido de recuperação judicial deve ser instruído com a relação completa de todos os credores do devedor que se sujeitam ao processo recuperacional, dispensada apenas a relação daqueles que não se submetem ao concurso de credores.
- C** O juízo da recuperação judicial deve decidir sobre a constrição de todos os bens da empresa, inclusive aqueles não abrangidos pelo plano de recuperação.
- D** O produtor rural, ainda que exerça as atividades de forma empresarial, não é contemplado pelo regime da recuperação judicial.
- E** No caso de credor titular da posição de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, o crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial.

Questão 94

A respeito do registro público de empresas mercantis e atividades afins, assinale a opção correta com base nas instruções normativas do Departamento Nacional do Registro Empresarial e Integração.

- A** Os livros já autenticados pela junta comercial poderão ser substituídos por outro, de mesmo número, com escrituração retificada.
- B** A constituição ou extinção de empresário individual ou sociedade empresária sujeitos a controle de órgão de fiscalização de exercício profissional não depende de aprovação prévia desse órgão para arquivamento do respectivo ato na junta comercial.
- C** No caso das sociedades estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, as deliberações que versarem sobre alteração de endereço e de representante legal da filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil dependerão de autorização do governo federal.
- D** No caso de empresário individual enquadrado na condição de microempreendedor individual (MEI) que realizar o desenquadramento dessa condição, fica dispensada a alteração do nome empresarial.
- E** Os livros contábeis dispensam o termo de abertura e encerramento.

Questão 95

Julgue os próximos itens, referentes às operações societárias.

- I O ato de transformação está condicionado à liquidação ou dissolução da sociedade transformada.
- II Uma vez aprovada a incorporação, a incorporada será extinta, devendo a incorporadora promover a respectiva averbação no registro próprio.
- III A fusão pressupõe extinção das sociedades que se unem, para dar origem a uma sociedade nova.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

CONHECIMENTOS GERAIS**Questão 96**

Os serviços ecossistêmicos são classificados em quatro categorias: provisão, regulação, de suporte e culturais. Constitui exemplo de serviço ecossistêmico de regulação

- A** a ciclagem de nutrientes no solo.
- B** a produção de alimentos.
- C** o uso recreativo de parques naturais.
- D** a polinização de plantas por insetos.
- E** a purificação da água por florestas.

Questão 97

Assinale a opção correta em relação ao espaço Schengen, considerado a maior zona de livre circulação do mundo.

- A** O espaço Schengen possibilita a livre circulação de pessoas entre os países-membros, tendo cada país a liberdade de reintroduzir controles de fronteira temporários em situações excepcionais.
- B** A livre circulação no espaço Schengen é restrita a turistas, exigindo-se visto de entrada de todos os outros tipos de viajantes.
- C** A livre circulação pelos países que fazem parte do espaço Schengen, sem passagem pelos respectivos controles de fronteira, restringe-se a cidadãos da União Europeia.
- D** Todos os países da União Europeia integram o espaço Schengen, não sendo admitidos como membros dessa área países de fora do bloco.
- E** O sistema de informação de Schengen (SIS), ferramenta essencial para a segurança e controle de fronteiras no espaço Schengen, opera em todos os países da União Europeia.

Questão 98

Diversos estudos sobre a violência urbana indicam que ela está fortemente relacionada a fatores estruturais. A segregação socioespacial, conceito amplamente utilizado para explicar a concentração da violência em determinados territórios, diz respeito

- A** à distribuição desigual de serviços públicos essenciais entre áreas urbanas centrais e periféricas.
- B** à exclusão de minorias étnicas de áreas de maior desenvolvimento econômico nas cidades.
- C** à expansão descontrolada de assentamentos informais em zonas rurais adjacentes às zonas urbanas.
- D** à transferência significativa de pessoas das regiões agrícolas para áreas urbanizadas.
- E** ao aumento da densidade populacional nas grandes cidades, principalmente nas áreas periféricas.

Questão 99

O processo de transformação energética em que há uma quantidade significativa de energia perdida na forma de calor é a conversão de

- A** energia hidráulica em energia elétrica em usinas hidrelétricas.
- B** energia cinética de vento em energia elétrica em turbinas eólicas.
- C** energia solar em energia elétrica por meio de células fotovoltaicas.
- D** energia química de combustíveis fósseis em energia térmica em usinas termelétricas.
- E** energia térmica em energia mecânica em usinas geotérmicas.

Questão 100

O organismo em nível intercontinental de que o Brasil participa em suas relações internacionais é denominado

- A** Organização das Nações Unidas (ONU).
- B** Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).
- C** Organização Mundial do Comércio (OMC).
- D** Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).
- E** Organização dos Estados Americanos (OEA).